

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 1 |
| Capítulo I..... | 9 |
| 1. Administração pública: da legalidade estrita à orientação finalística do estado..... | 9 |
| 1.1 Administração Pública e legalidade | 10 |
| 1.1.1 Estado de Direito e a ação estatal delimitada na legalidade | 11 |
| 1.1.2 Legalidade e controle do agir administrativo sob uma perspectiva clássica..... | 14 |
| 1.1.3 Legitimidade definida pela competência, sujeito e objeto | 17 |
| 1.2 Administração Pública e os compromissos finalísticos Pós-Constituição de 1988 | 21 |
| 1.2.1 Balizas constitucionais, projetadas para uma finalidade do agir administrativo..... | 22 |
| 1.2.2 Dimensão normativa do compromisso finalístico e sua efetividade no âmbito da Administração Pública..... | 24 |
| 1.3 Escolhas públicas no contexto do Estado Democrático de Direito | 27 |
| 1.3.1 Atores inseridos no processo decisório das escolhas públicas, diante de uma nova ordem constitucional..... | 29 |
| 1.3.2 Fatores capazes de influenciar a decisão e a execução administrativa, sob a ótica do princípio da juridicidade | 31 |
| 1.3.3 Escolhas fundadas no pensamento sistêmico, em conformidade com os princípios da Administração Pública | 34 |
| 1.3.4 Qualidade jurídica das escolhas públicas | 37 |

| | |
|---|-----------|
| Capítulo II | 41 |
| 2. Conceito de governança: formalizando um acordo semântico | 41 |
| 2.1 Governança corporativa: origem, ratio e significado | 42 |
| 2.2 Administração burocrática, <i>New Public Management (NPM)</i> e <i>New Public Governance</i> : experiências e modelos diferenciados de gestão pública | 45 |
| 2.3 Instrumentalizando a governança: o surgimento da <i>compliance</i> | 48 |
| 2.3.1 Pontos de interseção entre governança <i>compliance</i> e Administração Pública, posicionados pelas normas jurídicas | 51 |
| 2.3.1.1 Lei de Transparência..... | 54 |
| 2.3.1.2 Lei anticorrupção e Lei de improbidade administrativa | 56 |
| 2.3.1.3 Lei das Estatais | 59 |
| 2.3.1.4 Lei da Segurança Jurídica..... | 63 |
| 2.3.1.5 Lei da racionalidade dos atos e procedimentos administrativos..... | 66 |
| 2.3.1.6 Lei de gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladora..... | 67 |
| 2.4 Governança e <i>compliance</i> no âmbito da Administração Direta.... | 70 |
| 2.4.1 Posicionamento contrário ao emprego do <i>compliance</i> na Administração Pública Direta..... | 70 |
| 2.4.1.1 A natureza/origem privada dos institutos | 74 |
| 2.4.1.1.2 Redução do espectro de discricionariedade inerente ao princípio democrático..... | 76 |
| 2.4.2 Posicionamento favorável ao emprego do <i>compliance</i> na Administração Pública Direta..... | 78 |
| 2.4.2.1 Processualização das decisões via <i>compliance</i> e eficiência.... | 79 |

| | |
|--|-----------|
| 2.4.2.2 <i>Compliance</i> e a construção da deferência para com as escolhas administrativas..... | 83 |
| 2.4.2.3 <i>Compliance</i> e facilitação ao controle social..... | 86 |
| 2.4.2.4 <i>Compliance</i> e a formalização de referenciais objetivos para o controle da Administração pelos organismos de contrapoder..... | 90 |
| Capítulo III..... | 93 |
| 3. Controle sobre os atos administrativos na perspectiva da governança e <i>compliance</i> público | 93 |
| 3.1 Controle dos atos administrativos e efeitos paralisantes | 94 |
| 3.1.1 Influências dos princípios da prevenção e da precaução..... | 98 |
| 3.1.2 Alinhamento do agir administrativo ao princípio do desenvolvimento sustentável | 101 |
| 3.1.3 Probidade administrativa como dever fundamental | 104 |
| 3.2 Experimentalismo e controle: inversão do ônus argumentativo . | 105 |
| 3.2.1 Eficiência administrativa como justificativa para o experimentalismo | 108 |
| 3.2.2 Dosagem do experimentalismo e aceitabilidade dos riscos .. | 110 |
| 3.2.3 Ônus argumentativo para revelar os riscos inaceitáveis ou prováveis danos ao interesse público | 112 |
| 3.3 Motivos e motivação do agir administrativo..... | 114 |
| 3.3.1 Princípios da razoabilidade e proporcionalidade | 115 |
| 3.3.1.1 Adequação da ação administrativa | 116 |
| 3.3.1.2 Justificativas pela necessidade das contingências | 118 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo IV | 123 |
| 4. Governança e <i>compliance</i> na qualificação das escolhas públicas | 123 |
| 4.1 Governança pública na Administração Direta para qualificação das escolhas | 124 |
| 4.1.1 Transparência e publicidade | 126 |
| 4.1.2 Abertura para o <i>feedback</i> | 128 |
| 4.1.3 Reavaliação das escolhas | 130 |
| 4.1.4 Possíveis impactos sobre o custo de deliberação | 132 |
| 4.2 Emprego do <i>compliance</i> como mecanismo de acompanhamento do cumprimento das escolhas | 134 |
| 4.2.1 Estruturas de controle estabelecidas e suas funcionalidades.... | 134 |
| 4.2.2 Justificativas aparentes para investir em <i>compliance</i> na Administração Direta..... | 138 |
| 4.2.3 <i>Compliance</i> na Administração Direta: instrumento compatível com o princípio republicano | 140 |
| 4.3 <i>Compliance</i> como pressuposto de legitimação das escolhas públicas | 142 |
| 4.3.1 Estímulo ao controle político e desestímulo do controle jurídico | 143 |
| 4.3.2 Instrumentalizando a segurança jurídica e mitigando a obscuridade da esfera decisória | 146 |
| Conclusão | 149 |
| Posfácio | 157 |
| Referências Bibliográficas | 163 |